

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00287/2016)**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE MARCIO NUNES SANTOS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b0cd744b-5297-4b38-906e-bb43138cc68

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Solidão/PE	CNPJ:	10.348.050/0001-18
Endereço:	RUA LUIZ CAROLINO DE SIQUEIRA	CEP:	56795-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3830-1117
Telefone:	(087) 3830-1140		
E-mail:	lourdinhamarques@hotmail.com		
Representante legal:	MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS		
CPF:	534.736.804-78		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	cidaocaldas@gmail.com	Data início da gestão:	01/01/2009

CREDOR

Unidade Gestora:	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE SOLIDÃO	CNPJ:	04.524.700/0001-36
Endereço:	RUA LUIZ CAROLINO DE SIQUEIRA	CEP:	56795-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3830-1117
Telefone:	(087) 3830-1220		
E-mail:	nininhaproinfo@gmail.com		
Representante legal:	MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA		
CPF:	026.431.594-46		
Cargo:	Gerente	Complemento:	GERENTE DE
E-mail:	nininhaproinfo@gmail.com	Data início da gestão:	02/01/2009

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 277/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE SOLIDÃO é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Solidão da quantia de R\$ 119.623,30 (cento e dezenove mil e seiscentos e vinte e três reais e trinta centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2011 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Solidão confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 119.623,30 (cento e dezenove mil e seiscentos e vinte e três reais e trinta centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.993,72 (hum mil e novecentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.993,72 (hum mil e novecentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos), vencerá em 30/04/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,05% ao mês (zero vírgula cinco por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 149/2005.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,05% ao mês (zero vírgula cinco por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00287/2016)



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
 - b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
- A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Solidão - PE / 19/04/2016

Publicado em 19/04/16
maximus
Maria do Socorro Gomes
Assistente Administrativo
CPF: 024.561.314-52

[Assinatura]
Prefeitura Municipal de Solidão
MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS
CPF: 534.736.804-78
PREFEITA

[Assinatura]
Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
Gerente de Previdência
CPF: 026.431.594-46

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO
MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA

Testemunhas:

[Assinatura]
DULCICLEIDE CORDEIRO FEITOSA
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 025.552.504-41
RG: 5354434

[Assinatura]
MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE MELO
AUX. DE CONTABILIDADE
CPF: 687.065.614-20
RG: 3306651

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00287/2016)



DECLARAÇÃO

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários nº 00287/2016, firmado entre o/a Solidão e o FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO em 19/04/2016, publicado em 19/04/2016 no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Solidão, 29/04/2016

MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS

Prefeito

Mª Aparecida Vicente O. Caldas
CPF 534 736.804-78
PREFEITA

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE MARCIO NUNES SANTOS
Acesse em: <https://efcfe.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b0cd744f-5297-4b38-ad6c-73bd318ec68

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00287/2016	Data	18/04/2016
Valor consolidado	119.623,30	Valor da prestação inicial	1.993,72
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	30/04/2016

DEVEDOR

Ente Federativo	Solidão/PE	CNPJ	10.348.050/0001-18
Representante Legal	MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS	CPF	534.736.804-78
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2699-9
		Conta nº	21672-0

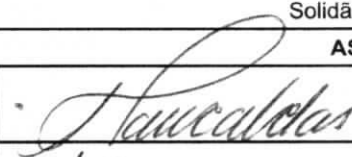

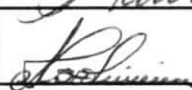
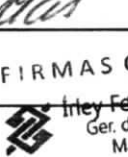


CREDOR

Unidade Gestora	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICIPIO DE SOLIDÃO	CNPJ	04.524.700/0001-36
Representante Legal	MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA	CPF	026.431.594-46
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1433-8
		Conta nº	99-6

- O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
- Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
- O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
- Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Solidão/PE - 19/04/2016

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO		
UNIDADE GESTORA		
BANCO DO BRASIL (*)		

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE MARCIO NUNES SANTOS
Asses em: https://e-cv.ice-pa.gov.br/ep/validarDoc.seam Código do Documento: b0cd74f1-5297-4633-a4d6-bd318ccc68

Mª Aparecida Vicente O. Caldas
CPF 534.736.804-78
PREFEITA

Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
Gerente de Previdência
CPF: 026.431.594-46

FIRMAS CONFEREM
Intey Ferreira de Oliveira
Ger. de Relacionamento
Matr. 4.424.858-X



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.348.050/0001-18
Ente: Prefeitura Municipal de Solidão / PE
Título: Servidor 2011 e 2012
Lei autorizativa do parcelamento: 277/2016
Número do acordo: 00287/2016
Data de consolidação do Termo: 18/04/2016
Data de assinatura do Termo: 19/04/2016
Data de vencimento da 1ª: 30/04/2016

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados

Competência: Inicial: 01/2011 Final: 13/2012 Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 84.751,21 Diferença apurada atualizada: 119.623,30

Valor da parcela na data de consolidação: 1.993,72

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,05 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %
---------	------	----------------	---------	----------------	---------	--------	--------

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,05 am	Tipo de juros:	Simples
---------	------	----------------	---------	----------------	---------

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	1,00 am	Tipo de juros:	Simples	Multa:	2,00 %
---------	------	----------------	---------	----------------	---------	--------	--------





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2011	0,00	0,83	43,09	0,00	3,10	0,00	0,00	0,00
02/2011	0,00	0,80	41,95	0,00	3,05	0,00	0,00	0,00
03/2011	0,00	0,79	40,84	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00
04/2011	0,00	0,77	39,77	0,00	2,95	0,00	0,00	0,00
05/2011	0,00	0,47	39,11	0,00	2,90	0,00	0,00	0,00
06/2011	0,00	0,15	38,90	0,00	2,85	0,00	0,00	0,00
07/2011	0,00	0,16	38,68	0,00	2,80	0,00	0,00	0,00
08/2011	-20,00	0,37	38,17	-7,63	2,75	-0,76	-0,40	-28,79
09/2011	-100,00	0,53	37,44	-37,44	2,70	-3,71	-2,00	-143,15
10/2011	5.283,63	0,43	36,85	1.947,02	2,65	191,61	105,67	7.527,93
11/2011	19.370,84	0,52	36,15	7.002,56	2,60	685,71	387,42	27.446,53
12/2011	29.901,02	0,50	35,47	10.605,89	2,55	1.032,93	598,02	42.137,86
13/2011	29.187,40	0,50	35,47	10.352,77	2,55	1.008,27	583,75	41.132,19
01/2012	0,00	0,56	34,71	0,00	2,50	0,00	0,00	0,00
02/2012	131,15	0,45	34,11	44,74	2,45	4,31	2,62	182,82
03/2012	247,64	0,21	33,83	83,78	2,40	7,95	4,95	344,32
04/2012	179,11	0,64	32,98	59,07	2,35	5,60	3,58	247,36
05/2012	179,10	0,36	32,50	58,21	2,30	5,46	3,58	246,35
06/2012	144,96	0,08	32,39	46,95	2,25	4,32	2,90	199,13
07/2012	122,18	0,43	31,83	38,89	2,20	3,54	2,44	167,05
08/2012	-20,78	0,41	31,29	-6,50	2,15	-0,59	-0,42	-28,29



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2012	-0,05	0,57	30,55	-0,02	2,10	0,00	0,00	-0,07
10/2012	-27,55	0,59	29,78	-8,20	2,05	-0,73	-0,55	-37,03
11/2012	43,12	0,60	29,01	12,51	2,00	1,11	0,86	57,60
12/2012	129,44	0,79	27,99	36,23	1,95	3,23	2,59	171,49
13/2012		0,79	27,99		1,95			
TOTAL:	84.751,21			30.228,83		2.948,25	1.695,01	119.623,30



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Solidão / PE - 10.348.050/0001-18
Representante Legal: 534.736.804-78 - MARIA APARECIDA VICENTE OLIVEIRA CALDAS

Data: 19/04/16

Assinatura:

M^a Aparecida Vicente O. Caldas
CPF: 534.736.804-78
PREFEITA

UNIDADE GESTORA: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO - 04.524.700/0001-36
Representante Legal: 026.431.594-46 - MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE OLIVEIRA

Data: 19/04/16

Assinatura:

Maria do Socorro Ferreira de Oliveira
Gerente de Previdência
CPF: 026.431.594-46

TESTEMUNHAS:

Nome: DULCICLEIDE CORDEIRO FEITOSA

Cargo: AUX. DE CONTABILIDADE

CPF: 025.552.504-41

Nome: MARIA DO SOCORRO BEZERRA DE MELO

Cargo: AUX. DE CONTABILIDADE

CPF: 687.065.614-20